1º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS/2016
PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CURSO DE DIREITO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Preencha cuidadosamente o cartão de respostas, indicando seu nome e número de inscrição. Ao assinalar a alternativa faça-o de forma a preencher toda a letra escolhida;
2. Não haverá substituição do Cartão de Resposta por erro do candidato, quando houver marcação rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente ou que ultrapasse os limites do campo;
3. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica;
4. **Não deixe de assinar a folha de presença, pois a falta de assinatura, mesmo se apresentado o cartão de respostas, implicará na exclusão do processo seletivo;**
5. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, contadas da autorização dos fiscais de sala para o início da prova;
6. Você poderá, decorrido uma hora de prova, levar o seu caderno de questões. Se pretender entregar o cartão de respostas antes do tempo mínimo, deverá deixar os cadernos de provas objetiva com o fiscal de mesa, mas poderá anotar o seu gabarito;
7. Nos dois dias seguintes ao de realização da prova (entre 14 e 18h), você poderá obter seu caderno de questões na sede da Procuradoria da República;
8. Antes de iniciar a prova, verifique atentamente o caderno de questões, a fim de verificar eventual problema de impressão;
9. Não será permitida qualquer forma de consulta durante a realização desta prova;
10. Não será permitido o uso de celulares, *pagers* ou qualquer outro meio de comunicação durante o tempo de realização da prova, devendo tais aparelhos permanecerem desligados;
11. **Tenha calma ao ler as questões e boa prova!**

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 – São princípios constitucionais expressos da administração pública direta e indireta:

a) legalidade, pessoalidade, publicidade, eficiência, moralidade.

b) moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade, eficácia.

c) impessoalidade, oportunidade, publicidade, legalidade, eficiência.

d) legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, publicidade.

e) legalidade, moralidade, eficácia, oportunidade, eficiência, publicidade.

2 – Sobre o processo administrativo é INCORRETO afirmar:

a) Aos litigantes em processo administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

c) O processo administrativo goza de plena independência em relação ao processo judicial, motivo pelo qual as decisões proferidas em processos administrativos não podem ser questionadas perante o Poder Judiciário, decorrendo a chamada coisa julgada administrativa.

d) No âmbito administrativo, é assegurado a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

e) O processo administrativo deve observar os princípios da motivação e da proporcionalidade, dentre outros.

3 – Francisco Ribeiro dos Santos resolveu abrir um quiosque para vender sucos naturais e açaí. Como estava ansioso com o novo negócio, não fez o pedido, perante o Município, de autorização para abrir a venda. Após um mês de plena atividade, fiscais municipais foram ao estabelecimento de Francisco Ribeiro e detectaram a ausência de licença para funcionamento do quiosque. Por isso, fecharam o estabelecimento e multaram Francisco Ribeiro.

Assim agindo, a Administração Pública fez uso de qual poder administrativo?

a) Regulamentar.

b) Disciplinar.

c) De observação.

d) De invasão.

e) De polícia.

4 – "A atividade da Administração Pública, expressa em atos normativos e concretos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e a propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção ("non facere") a fim de conformar-lhes os comportamentos aos interesses sociais consagrados no sistema normativo" (Celso Antônio Bandeira de Mello), é definição que melhor se adequa ao(à):

a) poder de polícia;

b) processo administrativo;

c) intervenção do Estado na atividade econômica;

d) licitação;

e) concessão ou permissão de serviço público.

5 – No que se refere aos atos administrativos, é correto afirmar:

a) o Judiciário pode revogar o ato administrativo, após o devido processo legal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

b) a revogação do ato administrativo nunca retroage, mantendo-se íntegro os efeitos pretéritos do ato administrativo inconveniente;

c) a administração pode invalidar o ato por inconveniência ou inoportunidade;

d) os atos administrativos anuláveis não podem ser convalidados;

e) os atos administrativos inexistentes são imprescritíveis, jamais podem ser convalidados, sobre eles é cabível o direito de resistência do cidadão, inclusive *manu militari*, e em nenhuma hipótese produzem efeitos pretéritos.

6 – "A pessoa jurídica criada por força de autorização legal como instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, mas submetidas a certas regras especiais decorrentes de ser coadjuvante da ação governamental, constituída sob quaisquer formas admitidas em Direito e cujo capital seja formado unicamente por recursos de pessoas de Direito Público interno ou de pessoas de suas Administrações indiretas, com predominância acionária residente na espera federal" (Celso Antônio Bandeira de Mello), é a melhor definição para o conceito de:

a) empresa pública;

b) autarquia;

c) sociedade de economia mista;

d) fundação pública;

e) organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

DIREITO CONSTITUCIONAL

7 – O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis:

I – Dentre outras, são funções institucionais do Ministério Público: promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar.

II – Em sede de repercussão geral em recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o poder de investigação do Ministério Público.

III – O Ministério Público da União é formado apenas pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Trabalho.

IV - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Estão corretas as afirmações:

a) Apenas I e II.

b) Apenas I, II e IV.

c) Apenas I, III e IV.

d) Nenhuma afirmação está correta.

e) Todas as afirmações estão corretas.

8 – Sobre os direitos e garantias fundamentais, é CORRETO afirmar:

a) No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, os ministros do Supremo Tribunal Federal negaram a possibilidade de reconhecimento jurídico à união estável homoafetiva.

b) O Supremo Tribunal Federal nega o caráter supralegal a Tratados de Direitos Humanos não aprovados com quorum qualificado previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República.

c) O Supremo Tribunal Federal entende que os artigos 20 e 21 do Código Civil devem ser lidos à luz do direito à privacidade e à intimidade, sendo, portanto, exigível a autorização prévia do biografado para a publicação da respectiva biografia.

d) A dignidade da pessoa humana, além de constituir um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expressa o valor constitucional supremo e, como núcleo axiológico da Constituição, ao seu redor gravitam os direitos fundamentais.

e) O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não acolhem a doutrina do mínimo existencial sob o argumento de que deve prevalecer a liberdade formal, conforme prevê a Constituição da República.

9 – Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade e as ações constitucionais, é CORRETO afirmar:

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) de lei ou ato normativo federal ou estadual.

b) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade (ADC) de lei ou ato normativo federal.

c) São legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e de ação declaratória de constitucionalidade (ADC), dentre outros, o Procurador-Geral da República, o Presidente da República e os prefeitos municipais.

d) A aprovação de súmula com efeito vinculante, pelo Supremo Tribunal Federal, produz efeitos apenas em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, não produzindo efeitos em relação à administração pública direta e indireta.

e) O Brasil é um país com tradição jurídica consuetudinária, adepto do sistema da *common law*, mediante exclusivo controle concreto de constitucionalidade.

10 – Sobre os deveres individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar:

a) A propriedade é um direito garantido pela Constituição da República, mas seu exercício deve atender aos ditames da respectiva função social.

b) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

c) Todos os direitos individuais e coletivos são absolutos, já que a Constituição da República não apresenta limites para o respectivo exercício. Por isso, é incorreto falar em deveres constitucionais individuais e coletivos.

d) É assegurado o direito de greve, devendo ser mantidos os serviços ou atividades essenciais, nos termos da lei.

e) É admitida a escusa de consciência para se eximir de determinadas obrigações, como a prestação do serviço militar, atendida a prestação alternativa definida em lei.

11 - Sobre a ordem social, é INCORRETO afirmar:

a) A saúde é direito de todos e dever do Estado.

b) O ensino dever ser ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentre outros princípios.

c) A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família.

d) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

e) A assistência à saúde é atividade exclusivamente pública, sendo vedado o seu exercício pela livre iniciativa privada.

12 – Segundo a Constituição da República, é INCORRETO afirmar:

a) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

b) A Constituição da República estabelece o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

c) Constituem patrimônio cultural brasileiro, dentre outros, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. Esta disposição constitucional mostra-se como base jurídica de proteção às práticas dos povos tradicionais.

d) O Estado não é obrigado a garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, pois a Constituição da República não reconhece a cultura como um direito.

e) O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13 – Quanto a sentença e coisa julgada, analise o seguinte caso hipotético: o MPF ajuizou ação civil pública, para garantir a posse dos índios Tembé em seu território, com o fundamento de que eles ocupavam as terras desde o ano 1500. O juiz federal julgou por sentença, a improcedência do pedido, por insuficiência de provas. O caso chegou até você, como estagiário do MPF. Como você assessoraria corretamente o procurador da República:

a) o MPF poderá entrar com outra ação, desde que com outro fundamento;

b) o MPF poderá entrar com outra ação, com idêntico fundamento;

c) o MPF não poderá entrar com outra ação, se deixou de recorrer, fazendo assim coisa julgada;

d) a improcedência do pedido acima referido prejudicará outra e distinta ação, por indenização por danos morais coletivos, pois o acessório segue o principal;

e) a improcedência do pedido prejudicará os interesses individuais dos índios, pois o coletivo prevalece sobre o individual.

14 – Quanto a competência jurisdicional, analise o seguinte caso hipotético: a Mineradora Ouro Fino despejou dejetos poluentes no Rio Tapajós, causando danos ambientais que se estenderam às cidades de Santarém/PA e Itaituba/PA. Considerando a lesão regional ao meio ambiente, o MPF deverá ajuizar ação civil pública na:

a) Seção Judiciária do Pará (Belém/PA), mesmo sem ser afetada pelo dano;

b) Subseção Judiciária de Santarém/PA;

c) Subseção Judiciária de Itaituba/PA;

d) Seção Judiciária do Distrito Federal (Brasília/DF), por ser capital federal;

e) nenhuma das respostas anteriores.

15 – Quanto as prerrogativas do membro do Ministério Público no processo civil, é correto dizer:

a) o MPF, se intimado pelo diário oficial, poderá requerer vista dos autos para analisar melhor o conteúdo da decisão;

b) o membro do MPF pode ser arrolado como testemunha, podendo ajustar com o magistrado ser ouvido em sua casa;

c) o procurador da República, réu em ação de indenização por danos morais ajuizada por condenado a 30 anos sem ter cometido o crime, será julgado no Tribunal Regional Federal; se procurador regional da República, no STJ; e se subprocurador-geral da República, no STF;

d) o membro do MPF será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, atuar com imperícia, imprudência ou negligência;

e) quando a lei considerar obrigatória a intervenção do MPF, a ausência de sua intimação acarretará a continuidade do processo no estado em que se encontra, penalizando-se a parte contrária com a improcedência dos seus pedidos.

16 – O MPF ajuizou ação civil pública com pedido de expropriação de imóvel, Fazenda Boa Viagem, situado em Paragominas/PA, em decorrência de caracterização de extensa plantação de maconha neste, em desfavor de Pedro Oliveira, que estava na fazenda no dia da operação comandada pelo MPF. Na resposta do réu, este argumentou e provou que não era proprietário ou gerente da fazenda, mas mero habitante sem poder de gestão, somente tendo a posse direta da fazenda. O proprietário era João Verde. O MPF pediu o chamamento de João Verde para o processo, na condição de réu. Qual espécie de intervenção de terceiro ocorreu?

a) oposição;

b) denunciação da lide;

c) nomeação à autoria;

d) chamamento ao processo;

e) *amicus curiae*.

17 – No que se refere aos pressupostos processuais, analise a seguinte situação hipotética. Fernanda, maior, capaz, eleitora, revoltada com o clima generalizado de corrupção dentro de determinado órgão da administração pública federal em Belém, ajuíza ação de improbidade administrativa, com advogado, requerendo o ressarcimento integral ao erário, perda de bens e valores adquiridos ilicitamente, e perda das funções públicas em desfavor dos funcionários públicos corruptos. O Juiz Federal requer que o MPF se pronuncie sobre o caso. Você, como estagiário do MPF, considerando que a lei de improbidade administrativa somente admite que o MPF e a União

ajuízem a ação neste caso, defenderia:

a) o prosseguimento do processo, por se tratar de ato de extrema justiça, pois o MPF é contra a corrupção;

b) a extinção do processo, por falta de capacidade postulatória;

c) a extinção do processo, por falta de capacidade de ser parte;

d) a extinção do processo, por falta de capacidade processual;

e) o prosseguimento do processo, diante da semelhança da ação de improbidade administrativa com os fins da ação popular (atos lesivos ao patrimônio público).

18 – Sobre a competência cível da Justiça Federal, é correto afirmar:

a) causa previdenciária contra o INSS em Brasil Novo/PA, por não possuir Vara Federal, pode ser ajuizada na justiça estadual; em caso de recurso, contra ato do juiz estadual, é competente o Tribunal Regional Federal em Brasília, e não o Tribunal de Justiça em Belém;

b) a causa cível entre a França e o Estado do Pará deve ser decidida pelo juiz federal, e não pelo juiz estadual;

c) a disputa sobre direitos indígenas, tendo como réu o Município de Redenção/PA, deve ser processada e julgada na justiça estadual, na falta da União na lide;

d) a falência da Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, deve ser processada e julgada pela Seção Judiciária do Distrito Federal (Brasília);

e) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

DIREITO PENAL

19 – Quanto a aplicação da lei penal, examine a presente hipótese: Deputado Federal, em discussão acalorada, praticou lesão corporal em outro Deputado, dentro do Congresso Nacional, no exercício da função pública e em razão dela (discussão em votação). Você, como estagiário do MPF, recomendaria ao procurador da República:

a) oferecer denúncia, pois houve crime;

b) arquivar o caso, pois Deputados e Senadores gozam de imunidade material ou inviolabilidade;

c) arquivar o caso, pois o STF entende que a imunidade material ou inviolabilidade é causa de atipicidade, ou seja, o fato é atípico, não havendo assim crime;

d) aguardar, pois para oferecer denúncia, o MPF precisa da aprovação da maioria dos membros da respectiva Casa, no caso Câmara dos Deputados, em votação aberta (não secreta);

e) aguardar o fim do mandato do parlamentar, caso a Câmara dos Deputados não aprovasse a abertura do processo criminal.

20 – Arnaldo foi preso em flagrante pela Polícia Federal por tráfico internacional de drogas, portando 5 (cinco) quilos de pó branco no Aeroporto Internacional de Belém, com destino a Lisboa (Portugal). O MPF requereu perícia, a qual concluiu que o pó branco era farinha de trigo. No curso do Procedimento Investigatório Criminal (PIC), o procurador da República atuante no caso descobriu que o amigo de Arnaldo trocou a cocaína pela farinha de trigo, para ficar sozinho com o lucro da empreitada criminosa. Arnaldo tinha consciência de que transportava cocaína, só vindo a saber que se tratava de farinha de trigo muitos dias após sua prisão. Você, como estagiário do MPF, recomendaria ao procurador da República:

a) oferecer denúncia contra Arnaldo, por haver dolo, pois teve vontade e consciência de transportar cocaína, ainda que estivesse enganado, induzido a erro por outrem;

b) oferecer denúncia contra Arnaldo, por não haver erro de proibição, pois Arnaldo sabia que transportar cocaína era proibido, ainda que estivesse enganado, induzido a erro por outrem;

c) arquivar o caso, por crime putativo ou impossível;

d) arquivar o caso, por exclusão da culpabilidade;

e) arquivar o caso, por exclusão de ilicitude.

21 – Nos crimes contra o meio ambiente, assinale a opção ERRADA:

a) A PETROBRAS, pessoa jurídica, pode figurar como ré no processo penal e no cível;

b) admite-se a aplicação do princípio da insignificância ou crime de bagatela, mesmo sendo o meio ambiente bem de natureza transindividual e intergeracional;

c) maus tratos a animais domésticos, não silvestres, caracteriza crime ambiental;

d) é isento de pena quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, quando existirem recursos alternativos, se a experiência for para fins didáticos ou científicos;

e) não é crime o abate de animal, criado ou silvestre, quando realizado para saciar a fome do agente e de sua família.

22 – Quanto ao crime de tortura, é correto dizer:

a) o crime só pode ser praticado por ação; o policial federal que se omite em face da tortura praticada por seu colega não incorre em pena da lei de tortura (9.455/97), pois nenhuma pena pode passar além daquele que o praticou;

b) o policial federal condenado por tortura não perde o cargo; entretanto, ficará afastado pelo tempo de cumprimento da pena;

c) a tortura é utilizada com o fim de obter informação; o intenso sofrimento físico ou mental em

razão de discriminação racial ou religiosa, por não ter intenção de obter informação, não caracteriza o crime de tortura, podendo configurar crime de racismo ou constrangimento ilegal, sem prejuízo da indenização por danos morais;

d) não é requisito do crime de tortura ser o sujeito ativo agente público, podendo ser particular;

e) a fiança é admitida se o agente é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa, não apresentar periculosidade, havendo parecer favorável do MPF e desde que não haja requisitos para a prisão preventiva.

23 – Assinale a alternativa correta quanto à ação penal:

a) Alberto protocolou representação no MPF; o procurador da República ofereceu denúncia; neste momento, ainda é possível a retratação (arrependimento) de Alberto, se o Juiz Federal ainda não recebeu a denúncia;

b) nos crimes em que é exigida, a requisição do Ministro da Justiça é condição de procedibilidade, e tem natureza discricionária, mas uma vez expedida, não obriga o MPF a oferecer denúncia;

c) a queixa, ou *delatio criminis* postulatória, é autorização sem a qual o MPF não pode ajuizar ação penal;

d) o direito ao exercício da ação penal é público, objetivo, autônomo, concreto e instrumental;

e) todos os itens anteriores são incorretos.

24 – Quanto à extinção da punibilidade, é correto dizer:

a) nos crimes federais, a anistia não pode ser concedida pelo Governador do Estado, mas somente pelo Presidente da República;

b) a graça não pode ser concedida a pessoa determinada, pois afrontaria o princípio da isonomia, pois causaria injustiça às demais pessoas condenadas pelo mesmo crime, que permaneceriam no cárcere;

c) o perdão do autor pode ser recusado pelo réu, e neste caso, o juiz deve extinguir o processo, tratando-se de crime de ação penal privada, pois o réu não pode insistir na continuidade do processo penal, contra a vontade do autor e do juiz;

d) na *abolotio criminis*, a nova lei exclui o crime, beneficiando o indivíduo mesmo após sentença condenatória transitado em julgado, não servindo a sentença para fins de reincidência, nem maus antecedentes; permanece os efeitos civis da condenação, ou seja, a obrigação de reparar o dano.

e) a decadência é a perda do direito de ação provocada pela inércia processual do querelante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

25 – Sobre os princípios fundamentais do processo penal, é INCORRETO afirmar:

a) o contraditório cinge à discussão dialética dos fatos da causa, devendo se assegurar a ambas as partes, a oportunidade de fiscalização recíproca dos atos praticados no curso do processo.

b) a ampla defesa há de ser adequadamente exercida. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal sumulou o entendimento de que: "No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu".

c) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, ou seja, pelo juiz natural.

d) O princípio de que ninguém será obrigado a produzir prova contra si mesmo impede a realização da colaboração premiada no sistema processual penal brasileiro.

e) O princípio da publicidade inspira o dever de fundamentação de todas as decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário.

26 – Sobre competência, é INCORRETO afirmar:

a) Compete aos juízes federais processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

b) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual.

c) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.

d) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves deverão ser processados e julgados pela Justiça Estadual, visto que, a princípio, não atinge bem da União.

e) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.

27 – É CORRETO afirmar:

a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido. Nos crimes de ação penal pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público.

b) Nos crimes de ação penal pública condicionada, a denúncia apenas poderá ser promovida mediante requisição do Ministro da Justiça ou de representação apresentada exclusivamente pelo defensor do ofendido.

c) Em ação penal pública condicionada, a representação pode ser retratada a qualquer momento, mesmo após o oferecimento da denúncia.

d) A ação penal privada é promovida mediante denúncia, pelo Ministério Pública em litisconsórcio com o ofendido.

e) O direito de queixa pode ser exercido ainda que tenha havido renúncia expressa ou tácita.

28 – Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os processos perante o Juizado Especial devem ser orientados pelos critérios da oralidade, formalidade, economia processual e plenitude de defesa.

b) A reincidência não impede a aplicação da transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo, já que o objetivo da Lei dos Juizados Especiais é dinamizar o processo penal e adotar medidas despenalizadoras como política criminal.

c) O instituto da suspensão condicional do processo apenas poderá ser aplicado aos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 (dois) anos.

d) A legislação brasileira ainda não prevê um microssistema jurídico de processamento para crimes de menor potencial ofensivo.

e) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

29 – Maria Mariquinha foi processada criminalmente perante a Justiça Federal pela prática do crime de receptação qualificada (art. 180, § 1º, do Código Penal). Após regular instrução processual, Maria Mariquinha foi condenada à pena de reclusão de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses. Responda corretamente:

a) Em face desta sentença condenatória é cabível recurso de apelação, cuja competência para apreciação é do Tribunal de Justiça.

b) Em face desta sentença condenatória é cabível recurso em sentido estrito, cuja competência para apreciação é do Tribunal Regional Federal.

c) Em face desta sentença condenatória é cabível recurso de apelação, cuja competência para apreciação é do Tribunal Regional Federal.

d) Em face desta sentença condenatória é cabível recurso em sentido estrito, cuja competência para apreciação é do Tribunal de Justiça.

e) Nenhuma das anteriores.

30 – É CORRETO afirmar que:

a) O civilmente identificado nunca será submetido à identificação criminal.

b) O *habeas corpus* será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

c) A prisão de qualquer pessoa e o local onde ela se encontre serão comunicados no prazo de 48 horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

d) No processo penal são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos, exceto se decretado o

estado de defesa, pois nesta situação, todos os direitos fundamentais ficam suspensos.

e) não haverá pena de caráter perpétuo, exceto nos crimes considerados inafiançáveis e imprescritíveis.